



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

ATO Nº 26/2018/SGP - Manaus, 10 de abril de 2018

Aprova a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT 11ª Região.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargadora do Trabalho ELEONORA DE SOUZA SAUNIER, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as recomendações do Tribunal de Contas da União nos Acórdãos TCU-Plenário 1.603/2008, 2.471/2008, 2.308/2010, 1.145/2011, 1.233/2012, 2.585/2012 e 3.117/2014, que versam sobre a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública Federal (APF);

CONSIDERANDO as orientações acerca da Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do Poder Judiciário, estabelecidas mediante a Resolução nº 211 do Conselho Nacional de Justiça, de 15 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO os macrodesafios do Poder Judiciário para o período 2015-2020, em especial o que trata da "Melhoria da infraestrutura e governança de TIC";

CONSIDERANDO a importância de estabelecer diretrizes, papéis e responsabilidades, práticas e processos de trabalho compatíveis com os modelos de referência reconhecidos mundialmente;

CONSIDERANDO o referencial de boas práticas de governança estabelecido na publicação "Governança Pública -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria" do Tribunal de Contas da União;

CONSIDERANDO o modelo de governança e gestão de TIC corporativa preconizado no Control Objectives for Information and Related Technologies (COBIT);

CONSIDERANDO a norma ABNT NBR ISO/IEC 38.500:2009 - Governança Corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicação, que oferece princípios para orientar os dirigentes das organizações sobre o uso eficaz, eficiente e aceitável da TIC dentro de suas organizações;

CONSIDERANDO a série de normas ABNT NBR ISO/IEC 27.000, que versam sobre a criação, funcionamento, manutenção e melhoria do Sistema de Segurança da Informação (SGSI);

CONSIDERANDO o referencial de boas práticas para o Gerenciamento de Serviços de TIC definido na biblioteca Information Technology Infrastructure Library (ITIL);

CONSIDERANDO o referencial de boas práticas para o gerenciamento de projetos definido no Project Management Body of Knowledge (PMBOK);

CONSIDERANDO as diretrizes básicas para a implantação da política de projetos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus traçadas pela Resolução CSJT nº 97, de 23 de março de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade de definir os papéis e as responsabilidades das unidades envolvidas com o provimento e a gestão de soluções de TIC;

CONSIDERANDO a importância de assegurar a participação dos usuários finais e dos gestores da informação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

na definição e na validação de requisitos e regras de negócio, assim como na homologação das soluções de TIC;

CONSIDERANDO a importância de estabelecer processos de trabalho, responsabilidades e práticas compatíveis com os modelos de excelência reconhecidos mundialmente, como a norma NBR ISO/IEC 38500:2009, o Control Objectives for Information and Related Technologies (Cobit), a Information Technology Infrastructure Library (ITIL) e a série de normas NBR ISO/IEC 20000:2008; e

CONSIDERANDO as informações constantes do DP-4403/2018 (e-SAP),

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar A Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGTIC) do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, nos termos constantes do anexo deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado Eletronicamente
ELEONORA DE SOUZA SAUNIER
Presidente do TRT da 11ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º Para fins desta Resolução, adotam-se as seguintes definições:

I - Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): ativo estratégico que suporta processos institucionais, por meio da conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, fazer uso e disseminar informações;

II - Governança de TIC: conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controle que visam assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso da TIC mantenham-se alinhadas às necessidades institucionais e contribuam para o cumprimento da missão e o alcance das metas organizacionais;

III - Princípios e diretrizes de TIC: são os elementos que traduzem o comportamento desejado em orientações práticas de gestão para a área de TIC, abrangem declarações sobre o papel estratégico da TIC e a forma como a TIC deve ser utilizada, tendo em vista os valores e objetivos organizacionais;

IV - Solução de TIC: conjunto formado por elementos de TIC e processos de trabalho que se integram para produzir resultados que atendam às necessidades da(s) área(s) demandante(s);

V - Arquitetura de TIC: conjunto de escolhas técnicas que abrangem a organização lógica de dados, aplicações e infraestrutura de TIC;

VI - Infraestrutura de TIC: equipamentos, softwares e serviços que suportam de forma compartilhada as soluções e serviços de TIC providos na organização;

VII - Serviço: meio de entregar valor ao cliente, facilitando a obtenção dos resultados que os clientes querem alcançar sem que estes assumam a propriedade dos custos e riscos específicos;

VIII - Serviço de TIC: um serviço provido a um ou mais clientes por um provedor de serviços de TIC;

IX - Projeto: esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo (produto, serviço, conhecimento etc.);

X - Projeto de TIC: projeto cujo escopo envolva desenvolvimento, aquisição ou evolução de uma solução ou serviço de TI;

XI - Provimento de Solução: ações necessárias para implantar a solução de TIC, assegurar seu funcionamento e dar suporte adequado aos usuários, de modo a atender às necessidades do negócio;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

XII - Acordo de Nível de Serviço: acordo entre a unidade responsável pelo provimento e a Unidade Gestora de TIC, no qual se estabelecem metas de qualidade e de desempenho para a solução de TIC, considerando-se as necessidades do negócio, o impacto das soluções, o custo e a capacidade de alocação de recursos para o provimento da solução;

XIII - Demanda de TIC: demanda originada por uma unidade organizacional ou cliente externo que envolva o desenvolvimento de solução ou serviço de TIC, ou aquisição de ativos de TIC;

XIV - Unidade Demandante: unidade organizacional que demanda uma solução de TIC para apoiar seus processos de trabalho, sendo responsável por prover os requisitos e regras de negócio a serem incorporados à solução, bem como sua homologação; e

XV - Unidade Gestora de TIC: unidade organizacional responsável pelo levantamento, junto às unidades demandantes, dos processos de trabalho, requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis às soluções e serviços de TIC, seu uso e resultados decorrentes.

CAPÍTULO II

DOS ELEMENTOS DA POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE TIC

Art. 2º A Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGTIC) estabelece as diretrizes, estruturas e processos de governança de TIC a serem adotados no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Art. 3º A Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação tem como objetivos:

I - promover o alinhamento da atuação da TIC aos objetivos e estratégias organizacionais, de modo a gerar valor para o negócio;

II - estabelecer diretrizes para o planejamento, estruturação e funcionamento da TIC, bem como para as atividades relacionadas ao provimento, à gestão e ao uso de soluções e serviços de TIC na organização;

III - definir os papéis e as responsabilidades dos atores envolvidos na governança e gestão de TIC; e

IV - criar e manter mecanismos de transparência e controle da governança, bem como da gestão de TIC.

Art. 4º A Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação tem como princípios:

I - alinhamento dos planos, dos projetos e das ações de TIC às estratégias e às necessidades organizacionais;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

II - definição formal dos papéis e das responsabilidades dos atores envolvidos na governança e gestão de TIC;

III - adoção das normas e modelos de referência reconhecidos mundialmente pelo seu impacto e resultados na melhoria da governança e gestão de TIC;

IV - formalização das diretrizes, objetivos, estratégias e processos de TIC;

V - gestão de riscos organizacionais e de tecnologia;

VI - conformidade com as disposições legais e as normas aplicáveis; e

VII - acompanhamento dos resultados dos planos, projetos e ações de TIC, bem como da conformidade e desempenho dos processos de TIC.

Art. 5º A Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação tem como diretrizes:

I - Identificação das oportunidades de utilização da TIC para o alcance dos objetivos organizacionais e suporte aos processos de negócio;

II - elaboração dos planos de TIC alinhados aos objetivos e estratégias organizacionais;

III - acompanhamento periódico da execução dos planos de TIC e seus resultados;

IV - elaboração de indicadores voltados à mensuração do desempenho da TIC;

V - acompanhamento periódico do desempenho da TIC e adoção das medidas preventivas e corretivas pertinentes;

VI - alocação de servidores na unidade gestora de TIC em quantidade e perfis compatíveis com a demanda de cada um dos processos de TIC;

VII - desenvolvimento contínuo de competências técnicas e gerenciais dos servidores da área de TIC, de forma a suportar a execução dos planos, projetos e processos de TIC;

VIII - desenvolvimento de soluções e serviços de TIC em alinhamento com as necessidades de negócio e a capacidade de alocação de recursos; e

IX - avaliação periódica da conformidade e adequação dos processos e estruturas de TIC com as demandas organizacionais, a legislação e normativos vigentes, bem como as normas e modelos de referência de governança e gestão de TIC.

Art. 6º Integram-se à Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação as seguintes políticas e mecanismos complementares:

I - Política de Gestão Estratégica de TIC (PGEST-TIC);

II - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 11ª Região (PETIC);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

- III - Política de Segurança da Informação (PSI);
- IV - Política de Gestão da Segurança Física dos Centros de Processamento de Dados (PGSFIS);
- V - Política de Investimentos em TIC (PINV-TIC);
- VI - Política de Gestão Orçamentária de TIC (PGOTIC);
- VII - Política de Gestão de Pessoas da área de TIC (PGPES-TIC);
- VIII - Plano de Capacitação de TIC (PCAP-TIC);
- IX - Política de Gestão de Projetos de TIC (PGPROJ-TIC);
- X - Metodologia de Gestão de Projetos de TIC (MGP-TIC);
- XI - Política de Gerenciamento de Serviços de TIC (PGSERV-TIC);
- XII - Política de Gestão de Processos de TIC (PGPROC-TIC); e
- XIII - Política de Transparência de TIC (PTR-TIC).

§ 1º As políticas complementares serão regidas por regulamentação específica.

§ 2º O Comitê de Governança de TIC poderá deliberar pela criação, extinção ou revisão de políticas, considerando a necessidade de aprimoramento contínuo da governança de tecnologia da informação e comunicação no TRT da 11ª Região.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE TIC

Art. 7º A estrutura de Governança de TIC do TRT da 11ª Região contará com os seguintes elementos:

- I - Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- II - Unidade de apoio à Governança de TIC;
- III - Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- IV - Comitês Gestores de Sistemas (CG); e
- V - Comitês Técnicos Temáticos (CT).

CAPÍTULO IV

DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

Art. 8º O Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 11ª Região se constitui em instância interna de apoio à governança voltada ao assessoramento da Presidência do Tribunal, nos temas relacionados à Governança de TIC no âmbito da 11ª Região.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

Art. 9º Compete ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 11ª Região (CGOVTIC):

I - deliberar sobre políticas, diretrizes, normas e procedimentos que orientem e disciplinem a governança, a gestão, o orçamento e a utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação no TRT da 11ª Região;

II - disseminar e incentivar o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação como instrumento de inovação e geração de valor para o negócio;

III - deliberar sobre a definição de objetivos, estratégias, indicadores e metas institucionais na sua área de competência;

IV - promover o alinhamento dos planos de Tecnologia da Informação e Comunicação com os de negócio;

V - deliberar sobre propostas de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 11ª Região (PETIC) e suas revisões;

VI - orientar, aprovar e priorizar as iniciativas estratégicas relacionadas ao PETIC, bem como ações e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação, em consonância com as estratégias institucionais;

VII - avaliar e priorizar as demandas de TIC encaminhadas pelos setores do tribunal;

VIII - orientar e priorizar os investimentos em TIC, em consonância com as estratégias e objetivos institucionais;

IX - acompanhar, periodicamente, a execução dos planos, ações e projetos, bem como a evolução dos indicadores de desempenho da área de TIC, identificando a necessidade das ações preventivas e corretivas pertinentes;

X - promover a negociação e viabilização das ações necessárias à mitigação de riscos que impactem as iniciativas estratégicas, ações e projetos nacionais de TIC;

XI - deliberar sobre riscos de TIC, níveis de serviços, capacidade e disponibilidade de serviços nacionais, adotando medidas que colaborem para a efetividade dos investimentos e geração de valor para o negócio; e

XII - fomentar ações de capacitação em Tecnologia da Informação e Comunicação e áreas correlatas.

Art. 10º O Comitê de Governança de TIC (CGOVTIC) estará subordinado à Presidência do TRT da 11ª Região e será composto dos seguintes membros:

I - o presidente do TRT da 11ª Região;

II - um magistrado;

III - o Secretário-Geral da Presidência;

IV - o Diretor-Geral;

V - o Diretor da Secretaria-Geral Judiciária;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

- VI - o Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- VII - o Diretor da Coordenadoria de Operação e Suporte;
- VIII - o Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças;
- IX - o Diretor da Secretaria de Administração

Parágrafo único. O CGOVTIC será coordenado pelo presidente do TRT da 11ª Região.

Art. 11º O CGOVTIC se reunirá ordinariamente, de acordo com calendário estabelecido pela Presidência do TRT da 11ª Região e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo único. As deliberações do Comitê serão registradas na respectiva ata de reunião.

CAPÍTULO V

DA UNIDADE DE APOIO À GOVERNANÇA DE TIC

Art. 12º Compete à unidade de apoio à Governança de TIC:

I - propor a regulamentação de políticas, diretrizes, normas e procedimentos que orientem e disciplinem a governança, o planejamento, a gestão, o orçamento e a utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação no TRT da 11ª Região;

II - propor e coordenar políticas de capacitação em Tecnologia da Informação e Comunicação e em áreas correlatas no âmbito do TRT da 11ª Região, a serem executadas com o apoio da Escola Judicial.

III - propor a formulação de estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação alinhadas aos objetivos institucionais da Justiça do Trabalho;

IV - promover e coordenar as atividades necessárias à elaboração da proposta de Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e suas revisões;

V - coordenar e monitorar a execução do PETIC, após a sua aprovação, reportando o seu andamento;

VI - assessorar o CGOVTIC na avaliação e priorização de iniciativas estratégicas relacionadas ao PETIC, bem como de ações e projetos nacionais de Tecnologia da Informação e Comunicação;

VII - apoiar o CGOVTIC na avaliação e priorização dos investimentos em TIC, bem como de demandas encaminhadas pelos setores do tribunal; e

VIII - avaliar propostas de celebração de convênios, acordos de cooperação ou instrumentos congêneres que envolvam Tecnologia da Informação e Comunicação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

Parágrafo único. As atribuições da unidade de apoio à Governança de TIC serão exercidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do tribunal, em conjunto com as suas unidades diretamente vinculadas.

CAPÍTULO VI

DO COMITÊ DE GESTÃO DE TIC

Art. 13º Compete ao Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 11ª Região (CGTIC):

- I - elaborar os planos táticos e operacionais de TIC;
- II - acompanhar a execução dos planos de TIC, propondo os replanejamentos e ações corretivas pertinentes;
- III - analisar preliminarmente as demandas de TIC;
- IV - estabelecer indicadores operacionais; e
- V - avaliar e priorizar ações e projetos de melhoria relacionados aos processos de TIC.

Art. 14º O CGTIC será composto pelo(s):

- I - Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do tribunal;
- II - Assistente-Chefe da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- III - Diretor da Coordenadoria de Operação e Suporte;
- IV - Assistente-Chefe da Coordenadoria de Operação e Suporte;
- V - Chefe de Núcleo de Desenvolvimento;
- VI - Assistente-Chefe do Núcleo de Desenvolvimento;
- VII - Chefes das unidades diretamente vinculadas à SETIC;

Parágrafo único. O CGTIC será coordenado pelo Secretário da SETIC.

Art. 15º O CGTIC se reunirá ordinariamente, com periodicidade mensal e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo único. As deliberações do Comitê serão registradas na respectiva ata de reunião.

CAPÍTULO VII

DOS COMITÊS GESTORES DE SISTEMAS

Art. 16º Os Comitês Gestores de Sistemas serão compostos por representantes da(s) área(s) demandante(s) da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

respectiva solução de TIC e da(s) área(s) de Tecnologia da Informação e Comunicação dos Tribunais envolvidos diretamente na sua concepção, desenvolvimento e sustentação.

§ 1º O Comitê Gestor de Sistema será coordenado por um dos representantes da(s) área(s) demandante(s).

§ 2º A criação dos Comitês Gestores de Sistemas e a indicação e designação de seus respectivos membros serão realizadas por Ato da Presidência do TRT da 11ª Região.

Art. 17º Compete aos Comitês Gestores de Sistemas, sem prejuízo de eventuais atribuições específicas, as seguintes atribuições:

I - garantir a adequação dos sistemas e serviços corporativos às necessidades do TRT da 11ª Região;

II - definir as premissas e estratégias, bem como propor a regulamentação necessária para o desenvolvimento, homologação, implantação, evolução e sustentação dos respectivos serviços e sistemas;

III - propor e avaliar acordos de cooperação institucional envolvendo o desenvolvimento, homologação, implantação, evolução e sustentação dos respectivos serviços e sistemas, bem como a cessão de uso e de código a outras instituições;

IV - propor e avaliar o cumprimento dos acordos de níveis de serviço dos respectivos sistemas;

V - coordenar a elaboração das propostas de projetos relacionados à sua área de competência, submetendo-as à aprovação das instâncias pertinentes;

VI - indicar membros para composição das equipes de projeto, incluindo os gerentes do projeto e as equipes de requisitos e desenvolvimento, submetendo-as à aprovação das instâncias pertinentes;

VII - apoiar o desenvolvimento dos projetos relacionados à sua área de competência, atendendo às solicitações encaminhadas pelos respectivos gerentes de projetos;

VIII - elaborar relatórios e pareceres pertinentes às suas áreas de competência; e

IX - divulgar os resultados de suas atividades conforme definido na Política de Transparência do TRT da 11ª Região.

Art. 18º Os Comitês Gestores de Sistemas se reunirão ordinariamente, de acordo com calendário estabelecido pela Presidência do TRT da 11ª Região e, extraordinariamente, sempre que necessário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

Parágrafo único. As deliberações dos Comitês Gestores de Sistemas serão registradas na respectiva ata de reunião.

Art. 19º Os Comitês Gestores de Sistemas estarão subordinados:

I - ao Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho (CGNPJe), nos casos de sistemas satélites, módulos ou serviços do Pje;

II - ao Comitê Gestor do Sistema de Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho (cgGAe), nos casos dos subsistemas que o compõem; e

III - à Coordenadoria de Gestão e Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT (CGGOV/CSJT), nos demais casos;

Art. 20º Os Comitês Gestores de Sistemas estarão sob a supervisão:

I - do Comitê de Governança de TIC (CGOVTIC); e

II - do Comitê de Gestão de TIC (CGTIC).

§ 1º Os Comitês Gestores de Sistemas deverão submeter o planejamento anual de atividades, as propostas de pautas e atas de reuniões à apreciação da respectiva instância de supervisão.

§ 2º As atas de reunião dos Comitês Gestores de Sistemas deverão ser encaminhadas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 11ª Região.

CAPÍTULO VII

DO MECANISMO DE SUBMISSÃO E APROVAÇÃO DE DEMANDAS

Art. 21º As demandas a serem submetidas à apreciação dos comitês gestores que integram a estrutura de governança de TIC do TRT da 11ª Região deverão ser encaminhadas por meio de Documento de Oficialização de Demanda (DOD) - no caso de demanda por soluções, bens ou serviços de TIC.

Parágrafo único. A Unidade de apoio à governança de TIC disponibilizará e manterá os fluxos de demandas no Portal da Governança de TIC do TRT da 11ª Região.

Art. 22º Os Comitês Gestores poderão adotar, sempre que necessário, o procedimento de Fluxo Rápido de Aprovação de Demandas (FRAD).

§ 1º Na utilização do FRAD a demanda deverá ser submetida por meio eletrônico aos membros do Comitê para análise e manifestação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

§ 2º De acordo com a complexidade da matéria, o coordenador firmará o prazo para aprovação formal.

§ 3º Na ausência de manifestação, o coordenador do Comitê se pronunciará pela aprovação ou não da matéria, representando a todos.

§ 4º O Comitê providenciará o registro da deliberação por FRAD na ata da primeira reunião subsequente.

Art. 23º As demandas referentes aos serviços, soluções e infraestrutura de TIC utilizados no âmbito do TRT da 11ª Região serão providas e gerenciadas pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações do Tribunal (SETIC), a partir do levantamento das necessidades das unidades do TRT da 11ª Região, como demandantes.

CAPÍTULO VIII

DOS COMITÊS TÉCNICOS TEMÁTICOS

Art. 24º Os Comitês Técnicos Temáticos corresponderão às áreas temáticas de conhecimento da Tecnologia da Informação e Comunicações, sendo sua criação, finalidade e composição definida por meio de ato da Presidência do TRT da 11ª Região.

Parágrafo único. Os Comitês Técnicos Temáticos serão integrados por servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 11ª Região.

Art. 25º Compete aos Comitês Técnicos Temáticos, sem prejuízo de eventuais atribuições específicas, as seguintes atribuições:

- I - realizar estudos, pesquisas e levantamentos de informações;
- II - elaborar propostas de projetos, relatórios e pareceres;
- III - prestar serviços de assessoria técnica; e
- IV - divulgar os resultados de suas atividades conforme definido na Política de Transparência do TRT da 11ª Região.

Art. 26º Os Comitês Técnicos Temáticos se reunirão ordinariamente, de acordo com calendário estabelecido pela Presidência do TRT da 11ª Região e, extraordinariamente, sempre que necessário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência

Parágrafo único. As deliberações dos Comitês Técnicos Temáticos serão registradas nas respectivas atas de reunião.

Art. 27º Os Comitês Técnicos Temáticos estarão subordinados à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC) do TRT da 11ª Região, a qual caberá sua supervisão.

§ 1º Os Comitês Técnicos Temáticos deverão submeter o planejamento anual de atividades e as propostas de pautas de suas reuniões à apreciação prévia da SETIC.

§ 2º As atas de reunião e demais documentos produzidos pelos Comitês Técnicos Temáticos deverão ser encaminhados à SETIC.

§ 3º Os Comitês Técnicos Temáticos deverão registrar e divulgar os resultados de suas atividades conforme definido na Política de Transparência do TRT da 11ª Região.